



**URB RECIFE**

Coordenadoria Jurídica

**CONTRATO Nº 066/2012.**

**CONTRATO DE SERVIÇOS PÚBLICOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE  
E A COLMÉIA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA,  
NA FORMA ABAIXO:**

No presente instrumento particular de Contrato, são partes: de um lado, a **EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE**, empresa pública municipal com personalidade jurídica de direito privado, com sede à Avenida Oliveira Lima, nº 867, no bairro da Boa Vista, nesta cidade do Recife inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.945.742/0001-64, neste ato representada, na forma estatutária, conjuntamente, por sua Presidente, **DÉBORA VIEIRA CHAVES MENDES**, brasileira, casada, engenheira civil, inscrita no CPF/MF sob o nº 528.974.864-49, domiciliada e residente nesta cidade do Recife e por seu Coordenador de Engenharia e Operações, **JORGE DARWIN RAMOS PINTO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 168.042.014-34, domiciliado e residente na cidade de Olinda-PE, doravante designada **CONTRATANTE**; e, do outro lado, a **COLMÉIA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**, sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede à Rua Dom Carlos Coelho, nº 110, no bairro da Boa Vista, nesta cidade do Recife, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.051.046/0001-17, neste ato representada por sua Sócia Gerente, **ESTELLA SUZANA MATIAS RICARTE BRAGA**, brasileira, solteira, arquiteta, inscrita no CPF/MF sob o nº 270.068.084-72, domiciliada e residente na cidade de Camaragibe-PE, doravante designada **CONTRATADA**; e as partes contratantes, acima nomeadas e qualificadas, resolvem firmar o presente Contrato, sob o Regime de Preço Global, autorizado pelo Processo de Licitação através do Edital de Concorrência nº 006/2012 – **CPL/URB RECIFE**, devidamente homologado pela Ordenadora de Despesas em 06/08/2012, regendo-se pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto do presente Contrato a prestação, pela **CONTRATADA**, de serviços de consultoria para execução das Ações de Contenção de Encostas e Melhoria das Condições de habitabilidade nos Morros da Cidade do Recife, dentro do Programa Parceria nos Morros – nesta cidade do Recife, conforme Termo de Referência, que deste instrumento faz parte integrante, complementar e inseparável, independentemente de transcrição ou outra qualquer formalidade.

**DO PREÇO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor do presente Contrato é de **R\$ 1.418.952,76** (um milhão, quatrocentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), preço este fixado no Processo de Licitação aberto através do Edital de Concorrência nº 006/2012 – **CPL/URB RECIFE** em que a **CONTRATADA** apresentou a melhor oferta, concordando em executar os serviços pelo mencionado valor.

Maria Isabel Aguiar Lafayette  
Coordenadora Jurídica  
Mat. 1887-2 URB/Recife  
OAB/PE - 4948

M. Auxiliadora Beltrão  
Mat. 1887-2 URB/Recife  
OAB/PE - 4948





URB RECIFE  
Coordenadoria Jurídica

CONTRATO Nº 066/2012.

2

### DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O pagamento dos serviços efetivamente executados, será feito pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, de acordo com o cronograma físico financeiro, que constitui o anexo único do Termo de Referência e parte integrante deste instrumento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATANTE** deverá efetuar o pagamento das faturas até 30 (trinta) dias após “aprovação” e “atesto”, lançados pela Fiscalização da **CONTRATANTE** nos boletins e relatórios de acompanhamento dos serviços apresentados mensalmente pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – São condições para o recebimento:

- a) protocolização das faturas referentes aos serviços executados no Protocolo Geral da **CONTRATANTE**, no endereço de sua sede social;
- b) parecer favorável da Fiscalização da **CONTRATANTE**;
- c) autorização de pagamento firmado pela Coordenadoria de Engenharia e Operações da **CONTRATANTE**;
- d) observância às obrigações legais e contratuais;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na ocasião do pagamento, a **CONTRATADA** se obriga a apresentar o original e entregar cópia dos seguintes documentos:

- a) Guia da Previdência Social – **GPS**, correspondente às obrigações sociais referentes ao pessoal empregado na execução deste Contrato, relativa ao mês de competência anterior ao pagamento, devidamente quitada;
- b) Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**; e
- c) Folha de pagamento relativa ao pessoal empregado na execução dos serviços deste Contrato, correspondente ao mês de competência ao mês de competência anterior ao do pagamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento dos serviços só será autorizado mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – **ART/CREA** e Seguro de Responsabilidade Civil – **RCC**.

### DO REAJUSTE

**CLÁUSULA QUARTA** – A concessão de reajuste será avaliada segundo os termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 9.069/95, Lei nº 10.192/01 e Decreto Municipal nº 23.127/07.

*estimar*

Maria Isabel Aguiar Lafayette  
Coordenadora Jurídica  
Mat. 50.228-6 URB Recife  
CNPJ - 11.461

M<sup>te</sup> Auxiliadora Beltrão  
Mat. 1887-2 URB/Recife  
OAB/PE - 4948





URB RECIFE

Coordenadoria Jurídica

CONTRATO Nº 066/2012.

3

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Ultrapassados 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, excluída a responsabilidade da **CONTRATADA** proponente pelo retardamento da execução do objeto contratual, os preços serão reajustados, utilizando-se como índice, os índices de variação de preços de Serviços de “**Projetos**”, apurados pela Fundação Getúlio Vargas e divulgados pela Revista Conjuntura Econômica, sendo o índice inicial ( $I^0$ ), o correspondente à data da proposta e o índice atual ( $I^1$ ) aquele alusivo à data em que está sendo procedido o reajustamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O reajustamento de que trata o subitem anterior será calculado utilizando-se os índices de variação de preços de Serviços de Consultoria/Supervisão), apurados pela Fundação Getúlio Vargas e divulgados pela Revista Conjuntura Econômica, sendo o índice inicial ( $I^0$ ), o correspondente à data da proposta e o índice atual ( $I^1$ ) aquele alusivo à data em que está sendo procedido o reajustamento. Para o reajustamento utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = Po \{ (I^1/I^0) - 1 \}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Valor do preço básico a ser reajustado

$I^1$  = Índice Nacional de Custo da Construção Civil – Consultoria/Supervisão – Coluna 39, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de reajuste.

$I^0$  = Índice Nacional de Custo da Construção Civil – Consultoria/Supervisão – Coluna 39, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês da apresentação da proposta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O reajuste de preço deverá ser apresentado em Fatura / Nota Fiscal complementar. Enquanto não divulgado o índice correspondente do mês em que os serviços foram executados, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo quando publicado o índice definitivo.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Não obstante a previsão de reajuste de preços nos termos desta cláusula o mesmo não será procedido caso o Governo Federal edite medida econômica impeditiva e/ou caso exista impedimento legal.

### DA GARANTIA

**CLÁUSULA QUINTA** – A garantia de execução do Contrato, será efetuada mediante uma das formas estabelecidas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA** – Executado o objeto, a **CONTRATADA** poderá requerer a devolução da garantia prestada, a qual será devolvida por parte da **CONTRATANTE**, desde que comprovado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, o que será feito mediante atesto da Coordenadoria de Planos e Projetos Integrados - CPP da **CONTRATANTE**, em até 60 (sessenta) dias contados a partir da lavratura do termo de recebimento definitivo dos serviços, sem prejuízo da responsabilidade técnica prevista no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

Mario Isabel Aguiar Lafayette  
Coordenadora Jurídica  
Mat. 50.228-6 URB Recife  
OAB/PE - 11.451

M<sup>te</sup> Auxiliadora Beltrã  
Mat. 1887-2 URB/Recife  
OAB/PE - 4948





URB RECIFE

Coordenadoria Jurídica

**CONTRATO Nº 066/2012.**

4

### **DO PRAZO**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O prazo de vigência do Contrato é de 04 (quatro) meses, com início em 01/09/2012 a 31/12/2012 corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviços podendo ser prorrogados nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, respectivamente, para assegurar o prazo referido no § 3º do art. 73 e nas hipóteses dos incisos do § 1º do art. 57.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O prazo estabelecido no caput desta cláusula poderá ser prorrogado até o limite estabelecido no Edital de Concorrência nº 006/2012, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – No caso de não vir e ser prorrogado o **CONTRATANTE**, não fará juz e qualquer indenização ou reparação seja o que título for.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A **CONTRATADA** em nenhuma hipótese poderá dar início à execução deste Contrato antes do recebimento de dita Ordem de Serviço.

### **DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA OITAVA** – Executado este instrumento pela **CONTRATADA**, seu objeto será recebido pela **CONTRATANTE**:

I - em caráter provisório, pelo responsável, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias consecutivos após a comunicação escrita da **CONTRATADA**; e;

II - definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este não superior a 90 (noventa) dias.

### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**CLÁUSULA NONA** – Os recursos alocados para realização do objeto do presente Contrato são oriundos da Prefeitura do Recife - PR, através da classificação orçamentária nº. 64.01.1.574.90.51.100, bloqueio nº. 2012.64.01.1.80.

### **DAS PRERROGATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – O regime jurídico deste Contrato confere à **CONTRATANTE** as prerrogativas relacionadas no art. 58 da Lei nº 8666/93.

### **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Constitui obrigação da **CONTRATANTE**, além das constantes dos arts. 66 e 67 da Lei nº 8.666/93, a comunicação, através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos, referentes à liquidação da despesa deste Contrato.

Maria Isabel Aguiar Lafayette  
Coordenadora Jurídica  
Mat. 50.223-6 URB Recife  
PE - 51.461

Mª Auxiliadora Beltrão  
Mat. 1887-2 URB/Recife  
OAB/PE - 4948





**URB RECIFE**

Coordenadoria Jurídica

**CONTRATO Nº 066/2012.**

5

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – É da inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a observância e o cumprimento das normas legais, bem como a obrigação de manter, durante todo o período de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATANTE**, através do setor competente, poderá supervisionar o cumprimento de tais normas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Constatada qualquer irregularidade, a **CONTRATADA** terá o prazo de 08 (oito) dias para saná-la, sob pena de, não o fazendo, serem retidos os pagamentos até sua efetiva regularização.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Fica a **CONTRATADA** obrigada a proceder, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da 2ª Região, a Anotação da Responsabilidade Técnica do Serviço (ART), no prazo e na forma estabelecidos pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, que passará a integrar este Contrato.

### **DAS PENALIDADES**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – A **CONTRATADA** ficará sujeita à multa diária de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato, pelo não cumprimento do prazo fixado neste Contrato, devendo o valor da multa ser recolhido à Tesouraria da **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da penalidade, sem prejuízo de qualquer outra exigência prevista em lei, no Edital de Concorrência nº 006/2012 ou neste Contrato.

### **DA RESCISÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas as disposições deste Contrato e da Lei nº 8.666/93, notadamente nos arts. 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas em lei e neste instrumento.

Maria Isabel Aguiar Lafayette  
Coordenadora Jurídica  
Mat. 50.228-6 URB Recife

Mª Auxiliadora Beltrã  
Mat. 1887-2 URB/Recife  
OAB/PF - 4948





**URB RECIFE**

Coordenadoria Jurídica

**CONTRATO Nº 066/2012.**

6

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – A **CONTRATANTE** poderá considerar extinto e rescindido este Contrato, com as consequências aqui lançadas e as previstas em lei, nas hipóteses de a **CONTRATADA**:

- a) ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, os direitos e obrigações contratuais;
- b) não concluir os serviços dentro do prazo fixado;
- c) não cumprir qualquer obrigação prevista no presente Contrato, na Concorrência nº 006/2012 e seus anexos; e/ou
- d) for declarada falida, insolvente ou dissolvida.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Na hipótese de rescisão contratual, na forma prevista nesta e na Cláusula anterior, terá a **CONTRATADA** direito exclusivamente ao pagamento dos serviços corretamente executados, deduzidas, porém, quaisquer importâncias de que seja eventualmente devedora.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O presente Contrato poderá ser rescindido por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, determinadas e justificadas pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de vir a ser rescindido o presente Contrato por inadimplemento contratual da **CONTRATADA**, em consequência de qualquer das hipóteses elencadas nas letras “a” até “d” desta Cláusula, a **CONTRATADA** pagará à **CONTRATANTE**, a título de cláusula penal, uma multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, independentemente das penalidades previstas em lei e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber.

## **DOS DOCUMENTOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Fazem parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital de Concorrência nº 006/2012 – **CPL/URB RECIFE** e todos os seus anexos, e;
- b) Proposta da **CONTRATADA**.

## **DAS DEMAIS ESTIPULAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – Os serviços objeto deste Contrato serão regidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e pelas especificações técnicas do projeto.

Maria Isabel Aguiar Lafayette  
Coordenadora Jurídica  
Mat. 30.228-6 URB Recife  
OAB/PE - 11.461

Mª Auxiliadora Beltrão  
Mat. 1837-2 URB/Recife  
OAB/PE - 4948





**URB RECIFE**

Coordenadoria Jurídica

**CONTRATO Nº 066/2012.**

7

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a entrega da ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) relativa a cada projeto desenvolvido, efetivada junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, devidamente assinada e paga.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – Todos os projetos que porventura necessitarem de aprovação em órgãos governamentais e/ou concessionárias deverão ser entregues devidamente aprovados pelos órgãos competentes.

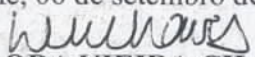
**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** – Na hipótese em que o autor não for responsável pela apresentação formal do projeto nos diversos órgãos, será sua a responsabilidade por eventuais modificações nos projetos exigidas por esse órgão.

#### **DO FORO**

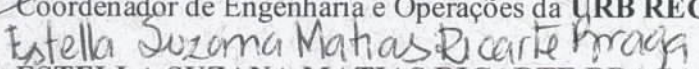
**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** – Para todas as ações que possam advir do presente Contrato, fica eleito o foro desta comarca do Recife, capital do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em **04 (quatro) vias**, de igual teor e para um único efeito de direito, na presença de **02 (duas)** testemunhas, que também o subscrevem.

Recife, 06 de setembro de 2012.

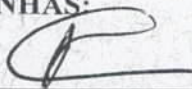
  
**DÉBORA VIEIRA CHAVES MENDES**  
Presidente da **URB RECIFE**

  
**JORGE DARWIN RAMOS PINTO**  
Coordenador de Engenharia e Operações da **URB RECIFE**

  
**ESTELLA SUZANA MATIAS RICARTE BRAGA**  
Sócia Gerente da **COLMÉIA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**

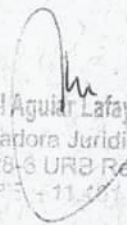
**TESTEMUNHAS:**

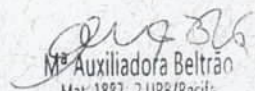
1.



2.



  
Maria Isabel Aguiar Lafayette  
Coordenadora Jurídica  
Mat. 50.228-3 URB Recife

  
M<sup>te</sup> Auxiliadora Beltrão  
Mat. 1887-2 URB/Recife  
OAB/PE - 1943